



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS PROF. DR. SÉRGIO
JACINTHO LEONOR
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

GABRIELA BARBOSA TORRES DE OLIVEIRA

ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Arraias, TO

2024

Gabriela Barbosa Torres de Oliveira

Acessibilidade na Educação Infantil: Desafios e possibilidades

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de Arraias TO
para obtenção do título de licenciado em Pedagogia

Orientadora: Profª Dra Lenilda Damasceno Perpétuo

Arraias, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B238a Barbosa Torres De Oliveira, Gabriela.
 ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E
 POSSIBILIDADES: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. / Gabriela Barbosa Torres De
 Oliveira. – Arraias, TO, 2024.

31 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Lenilda Damasceno Perpétuo

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Acessibilidade. 4. Infância. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIELA BARBOSA TORRES DE OLIVEIRA

ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT - Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 23 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **LENILDA DAMASCENO PERPETUO**
Data: 25/09/2024 17:20:24-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Lenilda Damasceno Perpétuo –
UFT Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **ANA CARMEN DE SOUZA SANTANA**
Data: 27/09/2024 12:50:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Ana Carmen de Souza Santana -
UFT Professor Avaliador 1

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA CRISTINA BARRETO FERNANDES DE AB**
Data: 25/09/2024 20:24:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Cristina Barreto
Fernandes Abreu - UFT Avaliador 2

Arraias - TO, 23 de setembro de 2024

*Com eterna gratidão a Deus, aos meus pais e
meus familiares.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, aos meus pais, família, amigos e amigas por toda nossa trajetória neste percurso acadêmico, aos professores e professoras que estiveram comigo, me incentivando e me instruindo, fortalecendo a cada desafio enfrentado.

Agradeço também aos entrevistados/as que contribuíram muito para a feitura e realização deste trabalho acadêmico, pois sem eles e elas, nada disso seria possível.

Agradeço aos professores e professoras da Universidade Federal do Tocantins, Campus Arraias, por ser um espaço importante de construção de conhecimento científico, que me trouxe muitos aprendizados. Agradeço principalmente a minha orientadora Profa Dra Lenilda Perpétuo, que sempre esteve do meu lado, me orientando e me encorajando no processo de escrita. Agradeço a esta banca de avaliação, professoras incríveis: Profa Dra Ana Carmen e Profa Dra Márcia Cristina, pelo apoio e principalmente pelas contribuições para a melhoria do meu trabalho acadêmico.

Enfim agradeço a todos e a todas que direto ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada! Vocês estarão guardados/as para sempre dentro das minha memória afetiva. Guardarei boas lembranças desse momento único da minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa de cunho acadêmico é fruto de uma investigação social que nasce na caminhada do estágio, onde a pesquisadora suscita a curiosidade e reflexão acerca da relevante temática da inclusão na escola pública. A acessibilidade na Educação Infantil é crucial para garantir igualdade de oportunidades a todas as crianças, independentemente de suas habilidades e necessidades. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a inclusão e os desafios na educação infantil, visando garantir acesso a uma educação de qualidade. Os objetivos específicos são: compreender as necessidades das crianças com deficiência, investigar seu progresso e identificar o impacto das medidas de acessibilidade. A metodologia inclui pesquisa participante qualitativa, pesquisa social, bibliográfica e documental. O estudo será desenvolvido em três etapas: "Mapeando as Necessidades: Investigação das especificidades das crianças com deficiência", explorando como as escolas podem identificar as características individuais de cada criança, considerando habilidades, limitações e necessidades de apoio. "Avaliação Contínua: Estratégias para monitorar o progresso das crianças com deficiência", destacando a importância de uma observação sistemática para acompanhar seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. "Medindo o Impacto da Acessibilidade: Promovendo um ambiente escolar inclusivo", enfatizando a importância de uma abordagem baseada em evidências para garantir que todas as crianças se beneficiem de um ambiente acolhedor e estimulante.

Este estudo visa contribuir para o conhecimento sobre acessibilidade na Educação Infantil e subsidiar a elaboração de políticas e práticas mais eficazes, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Inclusão. Educação Infantil

ABSTRACT

Accessibility in Early Childhood Education is crucial to ensure equal opportunities for all children, regardless of their abilities and needs. This study aims to analyze inclusion and equal opportunities in early childhood education, aiming to ensure access to quality education. The specific objectives are to identify the needs of children with disabilities, investigate their progress, and assess the impact of accessibility measures. The methodology includes qualitative participatory research, social research, bibliographic, and documentary research. The study will be developed in three stages: "Mapping Needs: Investigation of the specificities of children with disabilities," exploring how schools can identify the individual characteristics of each child, considering skills, limitations, and support needs. "Continuous Assessment: Strategies to monitor the progress of children with disabilities," emphasizing the importance of systematic evaluation to monitor their academic, social, and emotional development. "Measuring Accessibility Impact: Promoting an inclusive school environment," emphasizing the importance of an evidence-based approach to ensure that all children benefit from a welcoming and stimulating environment. This study aims to contribute to knowledge about accessibility in Early Childhood Education and support the development of more effective policies and practices, promoting a more inclusive and just society.

Key-words: Accessibility. Inclusion. Early Childhood Education

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1. Mapeando as Necessidades: Uma Investigação das Especificidades das Crianças com Deficiência na Educação Infantil	13
2.2. Vivências e experiências das Crianças com Deficiência na Educação Infantil	15
2.3 Medindo o Impacto da Acessibilidade: Promovendo um Ambiente Escolar Inclusivo na Educação Infantil	18
3.METODOLOGIA	21
3.1 Resultados e discussões	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. (Santos, Boaventura de Sousa, 2006).

Trago essa relevante reflexão do nobre estudioso teórico do campo da sociologia professor doutor Boaventura de Sousa Santos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - CES, para refletirmos juntos acerca das questões a diversidade, inclusão e equidade. Lembrando que para esse autor diversidade é tudo aquilo que é diverso, que tem pluralidade e não é homogêneo. Sousa Santos (2006) problematiza a importância de abandonarmos um estado de naturalização das diferenças e desigualdades e avançarmos para superarmos essas resistências às mudanças para renovarmos as teorias críticas na perspectiva da emancipação social com esses grupos.

A acessibilidade na Educação Infantil é um tema de extrema importância na atualidade, pois se trata da garantia de que todas as crianças, independentemente de suas habilidades e necessidades, tenham igualdade de oportunidades no ambiente escolar. Nesse contexto, a criação de ambientes inclusivos e adaptados se torna essencial para assegurar o pleno desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos.

Em primeiro lugar, é crucial compreender que a acessibilidade na Educação Infantil não se limita apenas à questão física, como rampas e banheiros adaptados, mas também engloba aspectos pedagógicos, comunicacionais e sociais. Isso significa proporcionar estratégias e recursos que atendam às diferentes formas de aprendizado e comunicação das crianças, considerando suas especificidades e necessidades individuais.

Além disso, a acessibilidade na Educação Infantil está intrinsecamente ligada aos princípios da inclusão e da diversidade, fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária. Ao garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, estamos construindo uma base sólida para a promoção da cidadania e o respeito à diferença.

A relevância desse assunto se reflete na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todas as crianças têm a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial, independentemente de suas habilidades e condições. Investir em acessibilidade na Educação Infantil é investir no futuro, pois estamos formando cidadãos mais preparados para lidar com a diversidade e contribuir positivamente para o mundo ao seu redor.

Diante da importância da acessibilidade na Educação Infantil, faz-se necessário investigar como essa questão está sendo tratada nas escolas de Campos Belos, GO. Identificar as práticas existentes, os desafios enfrentados e as possíveis soluções adotadas é fundamental para promover melhorias e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. A pesquisa contribuirá para ampliar o conhecimento sobre o tema e subsidiar a elaboração de políticas e práticas inclusivas mais eficazes no contexto da Educação Infantil.

Tendo isso em vista a problemática tratada neste trabalho será: Como estão sendo tratadas as questões acerca da acessibilidade para o processo de escolarização de crianças com deficiência na Educação Infantil nas Escolas em Campos Belos, GO?

Este estudo tem como **objetivo geral** analisar de que forma a inclusão e igualdade de oportunidades na educação infantil, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas habilidades e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Já seus **objetivos específicos** foram : Identificar as necessidades específicas das crianças com deficiência e mapeá-las. Investigar o progresso das crianças com deficiência e realizar avaliações regulares para ajustar as estratégias e recursos de ensino. Observar o impacto das medidas de acessibilidade na educação infantil, medindo o progresso acadêmico e social das crianças, bem como o ambiente escolar inclusivo.

A metodologia utilizada está delineada com características da pesquisa participante de caráter qualitativo com investigação social, bem como pesquisa bibliográfica e documental. Na discussão que tem como tema “Mapeando as Necessidades: Uma Investigação das Especificidades das Crianças com Deficiência na Educação Infantil”, abordamos o processo de identificação e mapeamento das necessidades específicas das crianças com deficiência na Educação Infantil. Nele, exploramos como as escolas e os profissionais da educação podem realizar uma investigação detalhada das características individuais de cada criança com deficiência, levando em consideração suas habilidades, limitações, preferências e necessidades de apoio.

Já no tópico "Avaliação Contínua: Estratégias para Monitorar o Progresso das Crianças com Deficiência na Educação Infantil" nos concentramos nas estratégias e práticas utilizadas para monitorar o progresso das crianças com deficiência ao longo do seu tempo na Educação Infantil. Ele destaca a importância de uma avaliação contínua e sistemática, que permita aos educadores acompanhar o desenvolvimento das habilidades acadêmicas, sociais e emocionais dessas crianças. Nele ainda são discutidas diferentes abordagens de avaliação, incluindo observações diárias em sala de aula, avaliações formais e informais, portfólios de aprendizagem, relatórios dos profissionais de saúde e da equipe multidisciplinar, entre outras.

Na discussão intitulada "Medindo o Impacto da Acessibilidade: Promovendo um Ambiente Escolar Inclusivo na Educação Infantil" tratamos sobre a importância de avaliar o impacto das medidas de acessibilidade na promoção de um ambiente escolar inclusivo na Educação Infantil. O objetivo deste tópico foi enfatizar a importância de uma abordagem baseada em evidências para promover a acessibilidade e a inclusão na Educação Infantil, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de se beneficiar de um ambiente escolar acolhedor, estimulante e inclusivo.

Na conclusão desta pesquisa, encontramos uma análise abrangente sobre os desafios e as lacunas existentes no que diz respeito à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Apesar de ter cumprido seus objetivos e obtido uma amostra que reflete um recorte da realidade, o estudo revela um cenário marcado por ausências e negligências por parte do Estado, destacando a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Mapeando as Necessidades: Uma Investigação das Especificidades das Crianças com Deficiência na Educação Infantil

A Educação Especial no Brasil passou por uma série de mudanças ao longo do tempo, inicialmente sendo oferecida separadamente do ensino regular. Durante a República Velha, pessoas com necessidades especiais enfrentavam discriminação e eram impedidas de acessar a educação formal. Somente em 1933, o Código de Educação da Cidade de São Paulo começou a normatizar a Educação Especializada, incluindo diferentes tipos de deficiências (SANTOS, ALMEIDA, 2017).

No Século XX, o acesso à educação para pessoas com necessidades especiais permanecia limitado. Foi somente em 1960, após a Conferência Geral da UNESCO, que se lançou a luta contra a discriminação educacional. Isso influenciou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, que garantiu o acesso de pessoas "excepcionais" à educação, embora ainda permitisse a criação de espaços especializados separados (SANTOS, ALMEIDA, 2017).

O texto de Santos (2023) destaca a evolução do entendimento e da prática da inclusão educacional para pessoas com deficiência ao longo do tempo, desde um foco inicial nas deficiências auditivas e visuais até uma abordagem mais abrangente que engloba todas as formas de deficiência física. Após 1970, houve um movimento significativo em prol dos direitos das pessoas com deficiência, resultando em mudanças legais e políticas que promovem a inclusão no sistema educacional.

A legislação brasileira, Constituição Federal de 1988 especialmente o artigo 208, passou a garantir a inclusão desses grupos no ensino regular público. Autores como Franco e Chutz (apud. SANTOS, 2023) destacam essa transição da educação especial para a inclusiva, especialmente após a Constituição Federal de 1988.

Em concordância, Santos e Almeida (2017) Constituição de 1988 reforçou o direito à Educação Especial, estabelecendo o atendimento educacional especializado preferencialmente dentro da rede regular de ensino. A Declaração de Salamanca de 1994 solidificou o direito à educação para pessoas com necessidades especiais, enfatizando sua participação ativa na definição de seus desejos educacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 afirmou o direito de todos à educação, e a Declaração de Salamanca de 1994 reforçou a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais nos sistemas comuns de ensino. A Educação Especial passou

a focar no desenvolvimento das potencialidades dos portadores de deficiências, promovendo sua participação plena na sociedade (RIBAS, 2023).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, visa garantir em igualdade de condições o exercício dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, promovendo inclusão social e cidadania. Baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei define deficiência como um impedimento de longo prazo que, interagindo com barreiras, pode limitar a participação plena desses cidadãos na sociedade (BRASIL, 2015).

A Lei define termos importantes como acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva, e diversos tipos de barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas). Também são mencionadas as formas de comunicação inclusiva, como por extenso- Libras e Braile, e a importância das adaptações razoáveis para garantir o exercício de direitos (BRASIL, 2015).

A Lei destaca a necessidade de residências inclusivas e moradias para a vida independente, além de definir os papéis de atendente pessoal, profissional de apoio escolar e acompanhante para apoiar as pessoas com deficiência em suas atividades diárias (BRASIL, 2015).

‘ A Lei define discriminação como qualquer ação ou omissão que prejudique os direitos das pessoas com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis. Garante proteção contra negligência, violência e tratamentos degradantes, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, mulheres e idosos. Afirma que a deficiência não afeta a capacidade civil das pessoas, permitindo-lhes exercer direitos civis, familiares e reprodutivos. Estabelece o dever de comunicar violações às autoridades e assegura atendimento prioritário em diversos serviços públicos, incluindo saúde, educação e transportes (BRASIL, 2015).

A partir de 2009, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ganhou destaque como parte da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, visando garantir acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação. As diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) abrangem todos os níveis educacionais, com o AEE complementando o ensino regular (SANTOS, 2023).

A colaboração entre professores e profissionais do AEE é fundamental para o sucesso da aprendizagem e socialização dos alunos. Houve avanços significativos na promoção dos

direitos educacionais das pessoas com deficiência, incluindo inovações em recursos pedagógicos e qualificação profissional (SANTOS,2023).

O conceito de inclusão social se consolidou como um direito básico, impulsionando movimentos sociais e políticas tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. A cultura escolar também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, exigindo uma abordagem instituições públicas de Educação Infantil (SANTOS; ALMEIDA,2017).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, em 1990, reconhece a educação como um direito fundamental e destaca a necessidade de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero ou condição social. O documento enfatiza que, apesar dos avanços, persistem desafios significativos, como o acesso limitado à educação primária, altas taxas de analfabetismo e a falta de habilidades essenciais para a vida (WCEFA, 1990).

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais é um documento fundamental que reafirma o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais. A declaração foi adotada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, com a participação de 88 governos e 25 organizações internacionais.

2.2. Vivências e experiências das Crianças com Deficiência na Educação Infantil

Na época em que trabalhava como babá, cuidava de uma criança com deficiência chamada Pedro Miguel. Pedro tem hidrocefalia, uma condição que o impede de andar e falar. Trabalhei com ele por dois anos e dois meses, acompanhando seu desenvolvimento diário e suas necessidades específicas.

Durante esse período, levei Pedro à creche, localizada no Zilma na cidade de Campos Belos-Go, e também passei dois meses acompanhando-o na escola. As professoras da escola eram extremamente dedicadas e atenciosas, mas percebi uma grande falta de professores de apoio especializados. A única professora de apoio que havia lá não tinha formação específica para atender crianças com deficiências.

Essa ausência na formação acadêmica e na quantidade de professores de apoio tornava o ambiente escolar menos adaptado para crianças como Pedro. Embora houvesse boa vontade por parte das educadoras, faltava suporte adequado para uma inclusão mais efetiva e personalizada.

A segmentação na formação de professores, o distanciamento entre teórica e prática, e a ausência de conteúdos voltados para a educação na perspectiva da inclusão são elementos identificados como barreiras que dificultam o acesso. Pois é na formação e capacitação que os professores aprendem a lidar com a diversidade dos estudantes, desenvolvendo estratégias de ensino adaptadas as suas realidades e necessidades (PLETSCH, 2009).

A formação de professores/as possui um impacto importante no desenvolvimento das crianças, principalmente aqueles/as com deficiências, que dependem do apoio e orientação precisa. O olhar crítico é essencial para a implementação de uma educação inclusiva eficiente e eficaz. A diversidade regional e socioeconômica brasileira nos obriga a levar em conta os desafios enfrentados no cotidiano e como isso afeta de sobremaneira na formação dos professores/as, bem como na disseminação dos conhecimentos. Atualmente, há uma carência de intercambio de experiências inclusivas e de pesquisas empíricas, o que de alguma forma enfraquece as políticas de inclusão (PLETSCH, 2009).

Para lidar com essas dificuldades, os professores devem receber cursos personalizados. A história da educação inclusiva no Brasil mostra que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas começou a ser considerada com mais cuidado a partir dos anos 1970, quando foram criados órgãos especializados. A formação docente atual deve ser interdisciplinar, teórica e prática, preparando os professores para lidar com a diversidade em sala de aula. A gestão escolar deve ser inclusiva e democrática. (SILVA et al. 2018).

O papel do professor especializado é complementar, não substitutivo, ajudando a eliminar barreiras e promovendo a autonomia dos alunos. A colaboração entre professores melhora a prática pedagógica e beneficia todos os alunos, criando um ambiente educacional mais democrático e adaptado às diferenças individuais. A mudança cultural na escola, de trabalho isolado para colaborativo, é essencial para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas.

Para garantir a inclusão e o sucesso dos alunos com deficiência, as escolas devem trabalhar juntas para construir um modelo educacional inclusivo. Esse tipo de cooperação pode se manifestar em parcerias entre diferentes setores, como educação e saúde, bem como em parcerias entre professores comuns e especializados. Embora a colaboração seja essencial, requer dedicação, tempo e recursos. (CARNEIRO, 2012).

A escola no Zilma, apesar de todos os seus esforços, carecia de recursos e estrutura para oferecer o suporte necessário para crianças com deficiências. Essa experiência me mostrou o quanto é fundamental investir em formação e na contratação de profissionais qualificados, além

de melhorar a infraestrutura das escolas, para garantir que todas as crianças recebam o cuidado e a educação de que precisam e que possuem direitos garantidos.

No Brasil, embora haja um esforço crescente para adaptar as escolas públicas e torná-las acessíveis, ainda existem muitas dificuldades. A inclusão dessas crianças desde a educação inclusiva é essencial para o desenvolvimento de habilidades motoras e sociais e para promover a comunhão com as diferenças, reduzindo o preconceito. (SILVA et al. 2018)

Nos últimos anos, a educação brasileira tem discutido um novo modelo de inclusão escolar, que tende garantir o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem para todos os alunos, especialmente aqueles portadores de algum tipo de deficiência. Historicamente, esses indivíduos foram excluídos do sistema educacional, sendo colocados em instituições ou classes especiais com o objetivo de normalizá-los para que pudessem ser integrados ao convívio comum. No entanto, essa abordagem negava as diferenças individuais e focava na reabilitação, ao invés de oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva (CARNEIRO, 2012).

Algumas dificuldades nas escolas ainda perduram nos dias atuais, como a falta de acessibilidade e recursos adequados. Professores relatam que há inadequação da formação inicial para lidar com alunos com deficiência, e a importância de especializações e apoio técnico. Uma equipe multidisciplinar e o envolvimento de toda a comunidade escolar são essenciais para que a educação inclusiva seja efetiva. Todos esses aspectos devem ser abordados tanto na formação inicial quanto na continuada dos professores, para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência (SILVA et al. 2018).

A educação inclusiva reconhece que a diversidade humana é um valor importante e exige que a escola se transforme para acolher e valorizar essa diversidade. Isso significa que a escola deve criar um ambiente que respeite e atenda às necessidades de todos os alunos. Essa ideia exige que as escolas criem métodos de ensino que igualem o desenvolvimento acadêmico para que os alunos com deficiência tenham as mesmas oportunidades no mercado de trabalho e na vida em geral.(CARNEIRO, 2012).

Apesar do potencial do ensino itinerante, é fundamental educar professores regulares sobre a educação inclusiva e mudar crenças preconceituosas. O ensino itinerante pode ajudar a internalizar políticas educacionais inclusivas. No entanto, para que a inclusão seja eficaz, é necessário também combater problemas educacionais gerais, como fracasso escolar e deterioração da qualidade do ensino público. Sem melhorias gerais na educação, a inclusão não acabará com a exclusão.

Durante o período em que observei Pedro Miguel na escola, pude notar que ele apresentava quase nenhum progresso ou evolução em suas atividades. O conteúdo aplicado era

repetitivo e parecia não proporcionar novos desafios ou estímulos para seu desenvolvimento. Essa abordagem limitava suas oportunidades de aprendizado e crescimento, deixando-o estagnado em suas habilidades e conhecimentos.

Além disso, observava uma falta de interação do Pedro Miguel com as outras crianças. Ele se mantinha isolado, sem participar das atividades em grupo ou estabelecer vínculos com seus colegas. Essa ausência de interação social pode ser prejudicial para seu desenvolvimento emocional e social, impedindo-o de adquirir habilidades importantes como a comunicação e a cooperação. É crucial reconsiderar as estratégias educacionais utilizadas, buscando métodos mais inclusivos e dinâmicos que favoreçam tanto seu aprendizado quanto sua integração com os demais alunos.

Devido à criação de diretrizes específicas, a inclusão de crianças com necessidades específicas na educação infantil se tornou uma prioridade. Essas diretrizes também sugerem treinamento de profissionais, adaptação de espaços físicos e promoção da inclusão desde a primeira infância. A mudança para uma escola verdadeiramente inclusiva exige mudanças estruturais, pedagógicas e conceituais, além de mudanças interpessoais. Isso é necessário para superar preconceitos e construir uma sociedade mais inclusiva. (CARNEIRO, 2012).

2.3 Medindo o Impacto da Acessibilidade: Promovendo um Ambiente Escolar Inclusivo na Educação Infantil

Uma escola inclusiva é aquela que facilita o acesso e a permanência dos estudantes, promovendo mudanças na organização pedagógica e valorizando a diversidade. É destacado então, a importância das escolas em oferecer respostas educativas personalizadas para todos os aprendizes. A metodologia qualitativa é valorizada por sua capacidade de captar significados subjacentes aos fenômenos estudados. Medidas como a reorganização do espaço e dos conteúdos, adaptação de objetivos, respeito ao tempo de aprendizagem e apoio individualizado são essenciais para uma educação inclusiva eficaz. A avaliação no contexto da escola inclusiva visa não apenas habilidades, mas também o desenvolvimento integral dos alunos, desafiando estereótipos e promovendo uma visão mais ampla do potencial humano (RUBINSZTEJN, 2018).

[...]Para promover o desenvolvimento integral das crianças, é fundamental conhecer e compreender suas necessidades, interesses e habilidades. A observação e registro do desenvolvimento infantil são práticas essenciais na educação infantil, pois permitem aos educadores acompanhar o progresso de cada criança, identificar áreas

de interesse e necessidade de apoio, e planejar atividades e intervenções adequadas (HACHIMOTO, 2024).

A educação inclusiva visa acolher e desenvolver plenamente crianças, adolescentes, jovens e adultos, reconhecendo suas singularidades e diversidades. Contrapondo-se ao antigo modelo de integração, que exigia que os alunos se adaptassem à escola, a inclusão busca adaptar o ambiente escolar para receber todos os alunos, respeitando seus diferentes ritmos e processos de aprendizagem. Isso requer uma reestruturação do modelo educacional, investimento na formação contínua dos professores e colaboração com diversos profissionais, como psicólogos e terapeutas. A inclusão desde a Educação Infantil é crucial para o desenvolvimento global das crianças, promovendo o respeito às diferenças desde cedo e proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento integral (RUBINSZTEJN, 2018).

Para que a inclusão seja efetiva, é preciso enfrentar desafios como a falta de recursos e formação adequada dos profissionais. Aranha (2015 *apud*. HACHIMOTO, 2024) ressalta que muitos educadores se sentem despreparados para atender alunos com necessidades especiais, o que pode comprometer a qualidade educativa. Investir na formação continuada dos professores é essencial, capacitando-os a identificar e atender às necessidades individuais de cada aluno, conforme defendido por Mantoan (2003 *apud*. HACHIMOTO, 2024).

A acessibilidade, segundo Ribeiro (2008 *apud*. RUBINSZTEJN, 2018), refere-se à condição de garantir o acesso pleno e independente aos espaços, pessoas, serviços e recursos. Na educação, isso é crucial para a inclusão de crianças com necessidades específicas, exigindo que escolas se adaptem e ofereçam recursos variados para facilitar o desenvolvimento dessas crianças (RUBINSZTEJN, 2018).

A educação inclusiva visa oferecer condições educacionais acessíveis para pessoas com necessidades especiais, respeitando suas características específicas e exigindo docentes qualificados. Costa (2019 *Apud*. RIBAS, 2023) afirma que a principal preocupação da educação especial é proporcionar o desenvolvimento integral do educando para a vida em sociedade. A inclusão requer um processo interativo entre sociedade e alunos, visando uma cidadania plena e uma escola aberta e democrática.

Adequar ou adaptar o currículo escolar para garantir uma educação relevante e significativa para todos os estudantes é fundamental, valorizando a diversidade cultural e promovendo o respeito às diferenças. Além disso, trabalhar em parceria com as famílias e a comunidade é crucial, reconhecendo a importância do contexto ecológico no desenvolvimento da criança.

A Resolução CNE/CEB Nº 02/01 estabelece diretrizes claras para a inclusão educacional, exigindo adaptações curriculares, capacitação de professores, distribuição equitativa dos alunos e serviços especializados. Adaptações curriculares, como definido por Heredero (2010 *apud*. RUBINSZTEJN, 2018), visam atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo autonomia e aprendizagem cooperativa, princípios essenciais na educação infantil inclusiva. A acessibilidade deve transcender o aspecto físico, abrangendo também aspectos sociais, cognitivos e culturais, essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

Segundo Ribas (2023), a escola inclusiva deve responder às necessidades dos alunos, respeitando suas diferenças e oferecendo uma educação de qualidade. A legislação contemporânea expressa um forte compromisso com um sistema educacional inclusivo, garantindo acesso e participação de todos os alunos. A inclusão social implica rejeitar todas as formas de exclusão e preconceito, e os professores devem estar preparados para combater tais atitudes negativas no ambiente educacional.

Durante a educação infantil, são estabelecidas as bases para o aprendizado ao longo da vida, e diversas teorias e abordagens pedagógicas foram desenvolvidas para compreender melhor as necessidades das crianças e oferecer práticas educativas eficazes. Entre as mais influentes, a teoria construtivista de Jean Piaget destaca que as crianças constroem ativamente seu conhecimento por meio da interação com o ambiente e outras pessoas, e o papel do educador é criar um ambiente estimulante que favoreça a exploração e a descoberta. A pedagogia montessoriana, proposta por Maria Montessori, valoriza a autonomia e a liberdade da criança, proporcionando um ambiente preparado com materiais adequados ao seu desenvolvimento, canalizando sua curiosidade natural por meio de atividades que promovem a concentração e o raciocínio lógico (HACHIMOTO, 2024).

A abordagem socioconstrutivista de Lev Vygotsky enfatiza a importância das interações sociais e culturais no processo de aprendizagem, onde o desenvolvimento cognitivo ocorre através da participação em atividades colaborativas. A teoria sócio-histórica de Vygotsky destaca a influência do contexto cultural e histórico na construção do conhecimento, com práticas culturais e ferramentas simbólicas mediadas pela linguagem desempenhando um papel fundamental. a abordagem socioemocional reconhece a importância do desenvolvimento emocional para o sucesso acadêmico e a vida em sociedade, promovendo habilidades como empatia, autocontrole e cooperação desde a pré-escola (HACHIMOTO, 2024).

3.METODOLOGIA

Para desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado a metodologia da pesquisa participante na perspectiva de Michael Thiollent (2010), que segundo ele a pesquisa participante como o próprio nome sugere, implica necessariamente do envolvimento e participação, tanto do pesquisador/a, quanto do grupo que será analisado que são os/as sujeitos envolvidos no processo da pesquisa. É uma forma de pesquisa qualitativa que envolve a interação ativa do pesquisador com o grupo ou comunidade estudada.

A metodologia de pesquisa qualitativa, especialmente no contexto da pesquisa de investigação social e participante, é um caminho sistemático para explorar e entender fenômenos sociais. Este tipo de metodologia é orientado para compreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelas pessoas aos fenômenos estudados (MARTINS, 2004).

A pesquisa qualitativa não segue um conceito teórico e metodológico uniforme, havendo múltiplas abordagens que fundamentam os debates sobre a prática dessa pesquisa. Essas divergências refletem diferentes perspectivas históricas da pesquisa qualitativa em vários países. Para entender a pesquisa qualitativa, é necessário reconhecê-la como um campo amplo que abrange diversas tradições, como o fundacionalismo, positivismo, pós-positivismo e pós-estruturalismo, além de métodos relacionados aos estudos culturais e interpretativos (ALVES; AQUINO, 2012).

A pesquisa qualitativa é vista como uma prática que busca compreender, interpretar e explicar fenômenos sociais resultantes de múltiplas interações humanas, destacando-se por sua natureza histórica, ideológica e qualitativa. Historicamente, ela se contrapõe à pesquisa quantitativa, focada na quantificação. Definições de autores como Denzin, Lincoln e Minayo enfatizam a pesquisa qualitativa como uma abordagem interpretativa e naturalística, que trabalha com significados, motivos, crenças e valores. Assim, ela se caracteriza pelo estudo dos fenômenos em seus contextos naturais, interação entre sujeito e objeto, flexibilidade metodológica e compreensão dos significados atribuídos pelos indivíduos sociais (ALVES; AQUINO, 2012).

A metodologia qualitativa é uma abordagem de pesquisa que visa explorar e entender o significado dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes. Diferente da pesquisa quantitativa, que foca em números e estatísticas, a pesquisa qualitativa utiliza métodos como entrevistas, grupos focais e observação participante para coletar dados ricos e detalhados (MARTINS, 2004).

Em concordância Godoy (1995) afirma que a metodologia de pesquisa qualitativa é uma abordagem investigativa que busca compreender fenômenos complexos a partir das

perspectivas dos participantes. Focada em profundidade e riqueza de dados, utiliza métodos como entrevistas, grupos focais e observação participante para explorar significados e experiências em contextos específicos. Suas principais vantagens incluem a captura de nuances detalhadas e flexibilidade adaptativa, embora enfrente desafios como a subjetividade e a dificuldade de generalização dos resultados. Essa abordagem é essencial para obter insights profundos e contextuais em diversas áreas de estudo.

Para Brandão e Borges (2007), eles afirmam que a pesquisa participante tem como estrutura os seguintes pontos: contemplar a realidade, da vida diária dos sujeitos individuais ou coletivos do processo e em suas diferentes dimensões.

A pesquisa participante abrange diversos discursos e práticas qualitativas em ciências humanas, desdobrando-se em tendências teórico-metodológicas que apresentam singularidades. Originada na etnografia, ela envolve a inserção do pesquisador no campo de investigação social e cultural. Existem dois modos de relação com a tradição etnográfica: um que se opõe a ela, vendo-se como inovador, e outro que retoma questões iniciais da etnografia (SCHMIDT, 2005).

Se o termo pesquisa participante pode abrigar o plural e o diverso que a compõem é porque pode abrigar a diversidade e a pluralidade de modos de viver e pensar a alteridade e a autorreflexão na produção do conhecimento sobre a diversidade humana. Posicionar-se em relação a este campo de diferenças é, por essa razão, participar do Inter jogo de alteridades e identidades que conformam cada maneira de pesquisar (SCHMIDT, P.15. 2005.).

As ideias de ação e intervenção na pesquisa participante envolvem a presença ativa do pesquisador no campo investigado, bem como a participação de outro sujeito, que se educa e organiza através do conhecimento coletivo. A alteridade, vista como coprodutora de mudança social, exige que o pesquisador questione sua própria pesquisa e se engaje politicamente com as lutas populares. Brandão argumenta que a pesquisa participante rompe com a tradição etnográfica ao abordar efetivamente as questões sociais dos pesquisados (SCHMIDT, 2005).

Para a realização da pesquisa qualitativa os sujeitos foram contatados previamente, tivemos uma conversa, logo após o formulário da entrevista foi enviado via e-mail e por meio do WhatsApp para 5 participantes que trabalham com a educação infantil, dos quais apenas 2 profissionais responderam, os demais não se sentiram à vontade para responder, mas conversamos com todos eles/elas.

Segue abaixo os resultados, reflexões e as discussões suscitadas após análise dos conteúdos das entrevistas.

3.1 Resultados e discussões

Para a realização desta pesquisa, entrevistamos professores utilizando entrevistas semiestruturadas. Enviamos as perguntas para cinco professores por meio do e-mail e WhatsApp, mas apenas dois deles responderam. Optamos por utilizar pseudônimos para preservarmos suas identidades. São denominados com nomes de flores do cerrado: Flor de Lis e Caliandra.. A apresentação dos resultados foi estruturada por pergunta, seguida das respostas dos entrevistados.

Ao serem questionados sobre sua compreensão acerca do termo "acessibilidade" na educação infantil e como trazem isso para suas vidas, obtivemos respostas valiosas que ajudaram a refletir e a problematizar a temática. A seguir temos a sequência de perguntas, seguidas das respostas das participantes e uma reflexão sobre o que fora coletado.

1. Qual é a sua compreensão acerca do termo "acessibilidade" na educação infantil, e como você traz isso para sua vida?

Flor de Lis: É quando a pessoa com deficiência intelectual e múltipla tem seu direito respeitado não importa as diferenças físicas ou mental, mas se cria oportunidades em seu meio social, e oferecendo novas oportunidades. Quanto esse termo na minha vida, acredito que trata de desenvolver da melhor maneira possível, pois aprendi que todos somos capazes independentemente da sua condição física ou mental, a diferença e a forma de como enxergamos as pessoas, quando nos doamos, com amor tudo se torna mais fácil.

Caliandra: Acessibilidade na educação infantil são todas as ferramentas que possibilitem uma aprendizagem significativa aos estudantes com necessidades educacionais especializadas e a efetivação de ações que eliminem as barreiras físicas e sociais no ambiente escolar, possibilitando a estes estudantes acessar um currículo que realmente esteja adaptado as suas necessidades e que valorize suas potencialidades.”

A respostas fornecidas por Flor de Lis e Caliandra revela diferentes perspectivas sobre a acessibilidade na educação infantil, ambas enfatizando a importância da inclusão e do respeito às diferenças. Flor de Lis destaca a acessibilidade como um direito fundamental das pessoas com deficiência, independentemente das limitações físicas ou intelectuais, e ressalta a

necessidade de criar oportunidades que promovam a inclusão social. Sua resposta traz um tom mais subjetivo e afetivo, enfatizando o papel do amor e da empatia no processo educativo. Essa abordagem evidencia uma visão humanizada da acessibilidade, reforçando a ideia de que a percepção e o acolhimento das diferenças são essenciais para garantir a participação plena de todos no ambiente educacional.

Por outro lado, Caliandra adota uma perspectiva mais técnica e estruturada, destacando a acessibilidade como um conjunto de ferramentas e ações voltadas para a eliminação de barreiras físicas e sociais na escola. Sua resposta enfatiza a importância da adaptação curricular para atender às necessidades específicas dos estudantes, garantindo uma aprendizagem significativa e equitativa. Essa visão reforça a necessidade de políticas e práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as potencialidades de cada aluno, evidenciando a acessibilidade não apenas como um direito, mas como uma estratégia concreta para promover a equidade no ensino. Ambas as respostas, ainda que com abordagens distintas, reforçam a importância de garantir um ambiente educacional verdadeiramente acessível e inclusivo.

2. Ao ser perguntado sobre a sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pelas crianças com necessidades especiais em termos de acesso à educação infantil?

Flor de Lis: No meu ponto de vista vivido essa experiência com meu filho com Síndrome De Down, na rede de ensino regular um dos maiores desafios é o preconceito dentro da escola vindo de onde nós mães menos esperamos, dos educadores, falando de forma geral a “escola,” ainda não estão preparados para receber crianças com doenças intelectual e múltipla, então ainda tem muito a avançar sobre a inclusão, ainda se tem muito a bater na tecla e enfatizar sobre respeito e direito as pessoas especiais, ainda tem um grande trabalho a ser feito de conscientização, passar para a sociedade o quanto é importante que aquela criança seja inclusa independente de suas limitações, ela também é capaz basta dar oportunidades.

Caliandra: O primeiro desafio é vencer o preconceito, que às vezes não vem de fora, mas da própria família. Se a família vence este preconceito e aceita que o filho é uma criança diferente das outras, mas que pode e deve conviver com as demais, e aprender e trocar experiências, cria-se um ambiente mais favorável de aprendizagem. Outro desafio, são as deficiências na formação dos profissionais que trabalham com estas crianças, pois é muito comum encontrar professores que resistem em utilizar as ferramentas adequadas para este público. Na maioria das vezes estes profissionais não conhecem tais ferramentas.

3. Que medidas a sua instituição adota para garantir que as crianças com deficiências tenham acesso igualitário à educação infantil?

Flor de Lis: Nossa instituição adota a conscientização da sociedade para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, através de panfletos, palestras, e buscando parcerias de políticas públicas que de apoio às organizações não governamentais e sem fins lucrativos.

Caliandra: Utilizamos as Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que funciona de forma complementar e suplementar as ações pedagógicas desenvolvidas na sala comum. Também dispomos de profissionais de apoio escolar, formação continuada para os profissionais, Plano Educacional Individualizado e o acompanhamento das ações desenvolvidas nas salas comuns e AEE através dos instrumentos de avaliação e aprendizagens periódicos.”

4. Como você se prepara para lidar com crianças com diferentes tipos de deficiências em sua sala de aula?

Flor de Lis: Primeiramente trabalhar com amor e posteriormente, é buscar conhecimentos naquela patologia específica.

Caliandra: Independentemente de serem estudantes neurotípicos ou neuroatípicos, é necessário estabelecer um plano educacional individualizado, com estratégias diferenciadas que atendam suas necessidades de aprendizagem, pois cada indivíduo aprende de uma forma e em seu próprio ritmo.”

5. Você acredita que os recursos e materiais disponíveis em sua instituição são adequados para atender às necessidades de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências?

Flor de Lis: Sim, porque os materiais didáticos são adaptados.

Caliandra: Não. Devido a grande diversidade existente na sala de aula, sabe-se que o professor deve estar em constante formação, e esta formação é uma ferramenta a ser somada aos recursos e matérias disponíveis. Além do mais, praticamente todos os dias nos deparamos com um desafio diferente dentro da sala de aula, por isso sempre há algo mais a ser melhorado.

6. Como você promove a inclusão e a integração das crianças com deficiências, com as demais crianças da turma?

Flor de Lis: O importante é sempre incluir a criança nas atividades físicas ou nas atividades escolares de acordo com suas limitações, sempre dando oportunidade, e para que ela sinta que também é capaz.

Caliandra: A inclusão só acontece de fato, quando todos os sujeitos do ambiente de aprendizagem entendem que todos devem ter acesso aos mesmos direitos e não medem esforços para que estas ações sejam consolidadas dentro da sala de aula. Neste sentido, professores regentes, profissionais de apoio escolar, estudantes e a própria família devem unir forças para criar um ambiente onde as crianças se sintam acolhidas.

7. Que sugestões você teria para melhorar a acessibilidade na educação infantil em sua instituição?

Flor de Lis: Políticas públicas desempenhadas a fazer, compreender e desenvolver papéis fundamentais no processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Caliandra: Que a família dialogue mais com a escola, para juntos criarem um ambiente favorável à aprendizagem do estudante com necessidades educacionais especiais; que os profissionais estejam dispostos a se formarem e não meçam esforços no desenvolvimento de um currículo que de fato atenda as especificidades deste público.

8. Como você lida com situações de discriminação ou exclusão de crianças com deficiências dentro ou fora da sala de aula?

Flor de Lis: Buscando sempre da melhor forma passar para as pessoas, o quanto é importante buscar o conhecimento da inclusão na sociedade.

Caliandra : Às vezes sem perceber promovemos ações discriminatórias no ambiente escolar. O capacitismo é um exemplo disso. Engessamos um método para trabalhar com o público da

educação especial, e não exploramos novas estratégias, porque aparentemente é mais cômodo repetir sempre a mesma coisa. Como Mediador da Inclusão, uma das minhas atribuições é orientar os coordenadores pedagógicos para que estes repliquem estas ações na unidade escolar com os profissionais e estudantes, a fim de eliminar toda e qualquer forma de discriminação dentro e fora da sala de aula.

9. Você acredita que a colaboração entre professores, famílias e profissionais de apoio é importante para promover a acessibilidade na educação infantil?

Flor de Lis: Como essa colaboração pode ser fortalecida? Sim, uma rede de apoio é fundamental para o desenvolvimento da criança, surtir mais efeitos e começa a aparecer o quanto é importante a acessibilidade para aquela criança crescer. Através da rede de apoio, família e escola andam juntos.”

Caliandra: Sim. A inclusão só acontece de fato, quando estes sujeitos unem forças e promovem ações que possibilitem um ambiente acolhedor e propício a troca de experiências. Uma das principais formas de fortalecer estas ações acontece quando os profissionais da educação se abrem a conhecer o público que irá atender. Isto se dá através de entrevistas com a família, o contato com o estudante, e o conhecimento de suas necessidades e potencialidades, para estabelecer um plano educacional que elimine grande parte das barreiras que ainda existem dentro das salas de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa de cunho social e caráter investigativo, embora tenha cumprido os objetivos propostos e obtido uma pequena amostra fazendo um recorte da realidade, o que vimos por meio das entrevistadas é que infelizmente quando o assunto é acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência dentro do sistema educacional, temos um panorama de muitas ausências e muitas negligências do estado, mesmo reconhecendo a existência de diversas nuances que demandam uma análise mais detalhada em futuros estudos.

A relação entre todos os atores sociais da escola, da família e da sociedade em geral, ainda precisam de muitos estudos, de muitos diálogos e de muitas reflexões para que possamos lutar por políticas públicas educacionais que realmente são efetivas e cumpram o seu papel

social de realizar a inclusão social e educacional dessas crianças no espaço da educação formal e escolar.

Acreditamos também que as parcerias entre escola e família e o trabalho em rede são pilares fundamentais para o sucesso educacional dos estudantes. Quando todos trabalham em harmonia e com compromisso social, os estudantes se beneficiam de um ambiente de aprendizagem mais rico e colaborativo. É preciso pensar em uma rede de apoio que articule a educação, a saúde e o serviço social, a participante Flor de Lis fala sobre a importância da rede de apoio.

Uma comunicação regular e transparente entre todos os envolvidos nos processos educacionais e uma boa formação dos profissionais da educação é essencial para fortalecer e superar as dificuldades e obstáculos. Essa relação consolidada e construída coletivamente e diariamente é um processo contínuo e dinâmico, que requer colaboração e comprometimento de longo prazo. É importante que essa parceria não seja vista como uma atividade pontual, mas sim como um compromisso constante com o desenvolvimento e o bem-estar dos estudantes com deficiência ao longo de sua jornada educacional.

De acordo com as vivências e estudos pudemos compreender que a escola e que os profissionais da educação, embora se esforcem muito para dar conta dessa demanda urgente, ainda tem muito a avançar nessa pauta. Faltam muitos profissionais capacitados para atuarem dentro das escolas para atender com qualidade as crianças com deficiência. A escola pode e deve promover a participação e o diálogo dos pais atípicos por meio de reuniões regulares, projetos, eventos escolares e programas, na tentativa de melhorar as relações humanas dentro do ambiente escolar e combater as discriminações e preconceitos acerca do assunto.

Como professora em formação a pesquisadora percebe a importância de criar um ambiente de sala de aula inclusivo e acolhedor, onde todos os estudantes possam trocar experiências mútuas e se sentirem seguros para expressar e desenvolver suas múltiplas potencialidades e participarem ativamente dos processos de ensino-aprendizagens. Reconhecemos que cada estudante é único, com suas próprias necessidades, interesses e estilos de aprendizagem. A experiência de estágio me mostrou e apontou a importância de valorizar a diversidade, as pluralidades de adaptar as práticas de ensino para atender às necessidades individuais de cada um.

As experiências de estágio, as respostas dos entrevistados da pesquisa, Flor de Lis e Caliandra, sobretudo as reflexões pessoais levaram a pesquisadora a reconhecer a relevância da teoria para explicar a prática e a importância da prática para nos remeter às teorias, na perspectiva de trazer abordagens de um novo olhar, uma escuta qualificada e de ensino

diferenciadas e personalizadas, que atendam às necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

As entrevistadas demonstram uma compreensão profunda e prática do conceito de acessibilidade na educação infantil. Ambas destacam a importância de criar um ambiente inclusivo que atenda às necessidades de todas as crianças, refletindo uma abordagem consciente e dedicada ao ensino inclusivo. Essas perspectivas são essenciais para o desenvolvimento de práticas educacionais que promovam a equidade e a inclusão desde os primeiros anos de escolaridade.

Portanto, em se tratando de inclusão e acessibilidade, nos esforçamos bastante para trazermos a tona, todos os elementos que precisam ser discutidos, pois este trabalho de pesquisa ainda é incipiente diante a todas as questões que precisam ser avançadas nesta pauta, incluindo a formação de profissionais, as adaptações arquitetônicas nos ambientes para atender os/as estudantes que necessitam de atendimentos mais específicos. Mas acreditamos que deixamos apontamentos necessários para que outras pesquisas acadêmicas possam refletirem e avançarem ainda mais com essa temática.

A acessibilidade nas escolas e os processos de inclusão social e educacional precisam abarcar a todos os envolvidos. Essa luta é de todos que defendemos o direito à educação como um direito humano e fundamental que deve ser promovido e garantido pelo Estado em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fabíola Fernanda Patrocínio. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. Educação, vol. 41, núm. 2, pp. 270-279, 2018.
- ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. A PESQUISA QUALITATIVA: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.22, p. 79-100, Número Especial 2012.
- BRASIL. LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- CARNEIRO, Relma Urel. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Práxis Educacional; Vitória da Conquista v. 8, n. 12 p. 81-95, 2012.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas; São Paulo, v. 35, 1995
- HACHIMOTO, Angeliana Lima. PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS EFICIENTES. Editora Epitaya, Rio de Janeiro- RJ, 2024.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/>
- PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Artigos de Demanda Contínua, Educ. rev. (33), 2009 Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>>.
- RIBAS, Marcia Helena. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. ALTUS CIÊNCIA, vol. 20, 2023.
- RUBINSZTEJN, Carla. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Monografia. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34699/34699.PDF>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo; Boitempo, 2006.
- SANTOS, Cristiane. ALMEIDA, Yara. Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.3, p. 1423-1432, set./dez. 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n3.2017.10170.
- SANTOS, Clarice. Inclusão e acessibilidade escolar da criança com necessidades especiais na educação infantil. (Tese de Monografia) Universidade Católica de Goiás, 2023.
- SCHIMIDT. Maria Luisa Sandoval. PESQUISA PARTICIPANTE: ALTERIDADE E COMUNIDADES INTERPRETATIVAS. Psicologia USP, 2006.

SILVA, Michely; FONSECA, Gêssica; BRITO, Max Leandro; SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete. As Crianças com Deficiência na Educação Infantil: Concepções e Práticas Pedagógicas. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 13, n. 33, p.299-315 jan./abr. 2018.

THIOLLENT, Michael. Pesquisa participante na Educação. Ed Vozes 2010 Rio de Janeiro RJ.

WORLD CONFERENCE ON EDUCATION FOR ALL (WCEFA). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Nova Iorque, abril de 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf . Acesso em: 02 março 2025.